

# RADICALIZAÇÃO PROLETÁRIA E

MODELO SINDICAL, CÓRDOBA 1971-1972

Carlos Mignon<sup>1</sup>

Nas ciências sociais, as análises sobre o desenvolvimento dos modelos sindicais, tradicionalmente, estão relacionadas com a expansão industrial de finais do século XIX. Na Argentina, nos últimos tempos, a dureza dos enfrentamentos sociais, econômicos e ideológicos ocorridos ao longo do século XX incitou os historiadores a direcionar seus trabalhos para as incidências políticas da atividade sindical. Com efeito, até a publicação do trabalho pioneiro de Daniel James<sup>2</sup>, no início dos anos 1990, as práticas de organização operária, as fábricas e seu pessoal raramente foram estudados. E este vazio, que levou a priorizar outros aspectos alheios ao objeto sindical – como a filiação política dos trabalhadores ao peronismo, por exemplo – descaracterizou as instituições sindicais como referência estruturante.

Por outro lado, os estudos que tomaram mais especificamente a atividade sindical como objeto a partir de uma perspectiva sociológica são devedores das conceituações oriundas da “escola de relações industriais”, delimitadas por John T. Dunlop<sup>3</sup>. Por essa ótica, a instituição sindical é um elemento dentro de um sistema de negociações que se estrutura a partir de três elementos:

– **Os atores:** estes tomam a forma de operários (ou a categoria mais global de assalariados) ou sua expressão organizacional: os sindicatos. Outros atores provêm do *management*, representados por suas organizações patronais. Mesmo que possam variar segundo os países e as épocas, estas são instâncias estáticas que não se alteram em suas formas fundamentais.

– **Um meio ambiente:** este se compõe das tecnologias (técnicas utilizadas nos postos de trabalho), das condições do mercado (posições de concorrência entre as empresas) e do *status* dos atores (incidência de seu poder na sociedade).

– **Uma ideologia:** designada como um conjunto de valores compartilhados que constitui o cimento que dá coesão ao sistema.

Como Alain Touraine explicou, as “relações industriais” expressam uma forma de institucionalização do conflito<sup>4</sup>. Dito de outra forma, a perspectiva aberta por essa corrente ofereceu um marco eficaz para a pacificação da força de trabalho e a integração do movimento sindical nas engrenagens da empresa (e, mais globalmente, na economia)<sup>5</sup>. Na verdade, a sociologia das relações industriais concebe o sindicato como o instrumento de uma tecnologia social de controle da força laboral e de integração nos mecanismos de regulação do trabalho.

Consideramos que essa última perspectiva pode nos dar um bom ponto de partida para abordar a análise da instituição sindical, enquanto objeto de estudo. No entanto, ainda não é suficiente, já que, de uma perspectiva histórica, ainda existem vazios importantes na abordagem das múltiplas facetas que compreendem o fenômeno sindical. Uma questão importante que a sociologia das “relações industriais” não leva em conta são os aspectos conflitivos inerentes à atividade sindical. Por exemplo, ainda não foi realizado um inventário exaustivo das modalidades de subversão em razão de sua subtilidade ou variabilidade de sua implementação.

A multiplicidade de facetas, anteriormente aludida, torna difícil a abordagem simultânea de suas variadas dimensões, por isso nos propomos a analisar um fenômeno histórico concreto: o *classismo* em Córdoba. Essa experiência, protagonizada pelos trabalhadores empregados em um setor de ponta como a indústria metalúrgica, permite entrever como o modelo sindical argentino transitou, por formas sinuosas e contraditórias, desde as clássicas estratégias de moderação e canalização dos conflitos entre capital-trabalho até a extensão de novas formas organizacionais e inéditas metodologias de luta. Desse modo, tentaremos conceber uma descrição organizacional das institui-

ções sindicais, com base na composição e no funcionamento de seus aparelhos, analisando as formas e os efeitos da ação sindical em sua tripla função de negociação, gestão e protesto.

## **O sindicato como canalizador dos conflitos capital-trabalho**

O modelo sindical argentino nasceu durante o primeiro período do governo de Juan Domingo Perón (1945-1955), marcado pela presença de um Estado forte e com participação das forças sindicais no poder. Em semelhante cenário, o movimento operário reivindicou o crescimento da intervenção estatal na vida sindical. Consequentemente, o direito sindical – através da primeira regulação dos sindicatos (Decreto nº 23.582 de 1945, transformado em lei em 1946) e da lei nº 14.250 de acordos coletivos de trabalho (1953)<sup>6</sup> – adquiriu um forte caráter estatista: necessidade de autorização governamental para exercer a representação efetiva em cada setor da produção, homologação estatal dos acordos coletivos como requisito para sua vigência etc. Deste processo, podemos inferir uma acentuada institucionalização de uma crescente porção dos conflitos entre operários e patrões, o que não significou, nas palavras de Nicolás Iñigo Carrera, “[...] o desaparecimento das lutas, mas sua tendência a penetrar no sistema institucional”<sup>7</sup>.

De toda forma, essa institucionalização estruturou uma forte maquinaria sindical, amparada no aparelho estatal, que se refletiu mediante a concessão de atribuições jurídicas e econômicas que permitiram aos sindicatos se erigirem como mediadores exclusivos dos conflitos entre capital e trabalho. Para isso, foi necessário um governo que, paternalmente, atendessem a algumas reivindicações dos operários, sem a necessidade de recorrer a greves que prejudicassem gravemente a produção e a autoridade estatal.

Tal estrutura garantiu a estabilidade dos dirigentes sindicais e a moderação de suas exigências, e eles tiveram que aceitar um sistema de responsabilidade, baseado na exclusão da ideia do conflito de classe, na aceitação dos princípios de crescimento econômico pautado no progresso técnico e na “paz social”, como também na distribuição equitativa da riqueza social. Do mesmo modo, as leis das Associações Profissionais permitiram a constituição de uma estrutura vertical e eficiente que facilitou aos dirigentes o controle de suas agremiações. Ou seja, o sindicato funcionou conforme os princípios do “centralismo democrático”, por meio do qual os representantes sindicais foram eleitos por um período determinado, e não por uma negociação particular. Uma vez eleitos, ficaram habilitados a impedir greves fora da programação sindical e punir os filiados que não respeitassem as regras.

Em suma, a institucionalização dos sindicatos foi demarcada dentro de um sistema de regulamentação dos conflitos de interesse, cujo ideal consistiu em alcançar uma solução baseada no consenso. Isso foi materializado no próprio Acordo Coletivo de trabalho, destinado a abordar as questões pertinentes à condição de trabalho dos operários e incluir as cláusulas que proovessem os recursos e as estruturas de conciliação, em caso de divergências na interpretação dos textos. Portanto, configurou-se uma estrutura organizacional que impregnou na maioria dos trabalhadores argentinos uma forte identidade e que teve uma grande capacidade para se constituir como “fator de poder” na luta política<sup>8</sup>.

O forte desenvolvimento industrial de Córdoba influenciou profundamente o modelo sindical local depois da queda do governo peronista, em setembro de 1955<sup>9</sup>. Os trabalhadores da indústria metalúrgica, logicamente, se constituíram no eixo do movimento operário organizado. No entanto, quando o regime ditatorial tomou posse do governo do Estado nacional, os trabalhadores metalúrgicos estavam desorganizados. Com a CGT nacional sob intervenção, assim como a quase totalidade das organizações sindicais (salvo aquelas que aderiram ao regime), os salários congelados desde outubro de 1955, o desemprego maciço em todas as atividades e a ampla nomeação de “colaboradores” nos cargos sindicais, constituiu-se a seção local do Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (Smata). Em tese, a entidade foi organizada através de um interventor-organizador, designação feita pelo Ministério do Trabalho, o que leva a crer que o sindicato foi organizado de acordo com as necessidades e à semelhança do regime<sup>10</sup>.

Como sindicato representante dos trabalhadores da indústria automobilística, o Smata adotou o modelo de sindicato centralizado por indústria. A máxima autoridade foi a Assembleia de Delegados; em ordem decrescente de importância, vinha em seguida a Comissão Executiva, integrada pelos membros do secretariado e vogais titulares e suplentes. O estatuto do sindicato previu, além disso, a existência de delegados e comissões de fábricas por turno, para que atuassem no local de trabalho ou planta fabril como representantes do sindicato, em uma primeira instância.<sup>11</sup>

Nesse contexto surgiu Elpidio Torres, um homem que iniciou sua carreira como dirigente sindical metalúrgico nas fábricas de Santa Isabel, propriedade das Industrias Kaiser Argentina (IKA), e impôs ali seu controle sobre o (até então) desorganizado setor peronista. A proibição governamental à participação peronista e a frágil tradição sindicalista da maioria dos operários da IKA obrigaram Torres, e o círculo que lhe acompanhava, a adotar uma postura conciliatória junto à empresa e às autoridades provinciais. No início, os peronistas do Smata tomaram uma posição moderada, distanciando-se dos

elementos mais radicalizados da Resistência e evitando, assim, as hostilidades sofridas pelos peronistas de outros sindicatos por parte da empresa e do governo provincial.

O ano de 1958 foi um ponto de inflexão para o sindicalismo metalúrgico cordobês. O pacto Perón-Fronidzi significou a recuperação da legalidade dos setores operários afinados com o peronismo. O governo nacional decretou uma nova Lei de Associações Profissionais, mediante a qual foram convocadas eleições gerais em todas as organizações sindicais, inclusive nas seccionais do interior do país. Este contexto animou os dirigentes peronistas a adotarem táticas mais agressivas para obter o controle de seus respectivos sindicatos. No caso específico dos metalúrgicos, Torres começou o seu ataque contra os dirigentes comunistas em torno da questão da eficácia da representação sindical na base fabril da IKA. Os representantes operários comunistas foram perdendo legitimidade e espaço, devido às mudanças ocorridas nas fábricas. Por essa razão, frente aos rigores da vida fabril, começaram a aparecer sinais de resistência por parte da mão de obra. Esses problemas instrumentalizaram o setor liderado por Torres a capitalizar o descontentamento na fábrica e começar a disputa para controlar o sindicato.

Tanto Mónica Gordillo como James Brennan concordam que a greve de fim de fevereiro de 1959 constituiu-se num marco que permitiu a Torres consolidar-se no Smata. Além disso, os autores afirmam que esse conflito estabeleceu os precedentes que influíram na política sindical durante pouco mais de uma década, ao se instaurar a modalidade da paralisação ativa em forma de manifestações de rua<sup>12</sup>. Como resultado da greve, a assinatura do Acordo Coletivo de 11 de março de 1960 foi uma clara vitória para o sindicato. Nesse acordo, a empresa aceitou a discussão quadrimestral dos salários, de acordo com o custo de vida. Esse artigo, conhecido como *cláusula gatilho*, estabeleceu as datas nas quais se discutiriam os salários de cada ano (1/3; 1/7; 1/11). A hora de trabalho noturno teria um adicional de 15%. Do mesmo modo, foram fixadas normas de cumprimento obrigatório para o pessoal, como o aviso dos atrasos programados, o aviso de faltas e o respeito às normas de segurança do trabalho<sup>13</sup>. É importante ressaltar que a direção da IKA teve de reconhecer o Smata como o único representante legítimo dos trabalhadores. Esse fato permitiu ao sindicato aumentar seu número de delegados nas fábricas e estabelecer procedimentos para as negociações dos acordos coletivos, sendo esses últimos instrumentos importantes para melhorar sua presença entre os operários.

Depois de assinar o contrato de 1960, a principal preocupação de Torres continuou sendo o fortalecimento de seu aparato dentro do sindicato. Apesar das vitórias obtidas com o Acordo Coletivo daquele ano, ainda havia uma oposição crítica à sua gestão. Esta oposição estava composta por militantes do Par-

tido Comunista e da Facção Trotskista de Operários mecânicos, que estavam dispostos a tirar benefício de qualquer passo em falso que a Comissão Dirigente pudesse dar. Por conseguinte, a obtenção de concessões da diretoria da empresa para aumentar sua reputação entre os operários e ganhar sua lealdade se constituiu numa questão relevante. Rapidamente, Torres compreendeu que, para neutralizar a oposição de esquerda, devia se mostrar muito combativo em suas reivindicações e, ao mesmo tempo, um hábil negociador com a empresa, assegurando seu controle na obtenção de contratos favoráveis aos filiados do Smata. Como ele mesmo reconheceu em seu livro, a greve constituiu-se num formidável mecanismo de assimilação cultural e construção sindical<sup>14</sup>.

Contudo, a oposição culpou o dirigente metalúrgico de entregar os ativistas opositores após cada ação grevista. Essa acusação pode ser encontrada nos numerosos informes de células opositoras infiltradas no sindicato:

Elpidio Torres, hábil negociador, com discursos sempre combativos (embora conchavasse sempre para ceder no final de cada conflito). Desde inícios da década de 1960 fez um arranjo para desencadear anualmente fortes lutas, que terminavam com alguma conquista salarial e, inexoravelmente, acompanhada da demissão das sucessivas camadas de ativistas que, representando as bases, lhe faziam oposição. Com essa tática nunca foi possível amadurecer uma corrente opositora no sindicato. Caíram *todos* os opositores, embora fossem peronistas como ele<sup>15</sup>.

O interessante deste documento crítico radica na revelação dos pontos fortes e das debilidades do modo de ação sindical imposto por Torres. Efetivamente, o principal dirigente do Smata e sua condução sindical peronista expressaram uma cultura do conflito, baseada, essencialmente, na mediação. A negociação permitiu resolver os conflitos, dirimindo relações de força entre empregadores e assalariados. Por isso, a partir de uma avaliação exaustiva dessas relações e da sua eficácia na obtenção de reivindicações, esses dirigentes conseguiram se apresentar como avalistas de uma gestão responsável do conflito, na medida em que puderam conter os ativistas mais radicalizados da fábrica. Na realidade, a função política do Smata se consolidou no momento em que o sindicato pôde demonstrar à empresa e aos governos provinciais que, efetivamente, representava e podia controlar a classe operária.

No entanto, essa estratégia constituiu intrinsecamente uma debilidade importante: quando a IKA, diante dos primeiros sinais de redução do mercado interno de automóveis, reagiu tentando aumentar a produtividade dos operários, os sindicalistas contaram com poucas ferramentas para se oporem às prerrogativas da empresa quanto à organização do trabalho na base fabril<sup>16</sup>.

Em dezembro de 1962, a IKA deixou desempregados cerca de 1.500 operários. A empresa se justificou em um anúncio alegando que a retração das vendas fez com que o mercado argentino não pudesse absorver as 200 unidades diárias que aquela fábrica produzia<sup>17</sup>. Em resposta, o sindicato instigou os trabalhadores demitidos a tomar a fábrica pela força; o que foi impedido pela repressão do Esquadrão de Cavalaria e pela guarda interna da empresa. A partir desse momento, surgiu um conflito que foi resolvido em abril do ano seguinte<sup>18</sup>. Neste ponto, queremos destacar a lógica dentro da qual o conflito se inseriu para sua resolução. A empresa propôs uma solução que consistiu em se comprometer a não realizar nenhuma demissão e, em troca, propôs que a outra parte aceitasse uma redução da jornada de trabalho. Discutida tal proposta na assembleia, aprovaram trabalhar quatro dias a menos por mês e abrir um processo de aposentadorias voluntárias. Para a diretoria do sindicato, a resolução do conflito foi vista como uma grande vitória, porque conseguiu a estabilidade dos empregos no complexo de Santa Isabel<sup>19</sup>.

Portanto, podemos observar como o Smata de Torres fez o papel de mediador do conflito, assumindo a representação dos trabalhadores como interlocutor direto e privilegiado com a empresa; mas, também, mantendo o controle das bases no decurso da disputa entre capital e trabalho. Canalizando os protestos a formas mais institucionalizadas e de acordo com as hierarquias e estrutura do sindicato, os dirigentes sindicais se encarregaram de controlar as expressões mais radicalizadas dos trabalhadores dentro da fábrica. Dessa forma, frente ao aumento constante dos ritmos de trabalho, um panfleto anunciou o seguinte aos operários da IKA:

Também houve medidas de força parciais em Motores e Pintura, nestes casos declarados pelos delegados, passando por cima das instâncias sindicais, como a CIR e a própria Comissão Executiva. Estes fatos, que corroboram outros similares ocorridos ao longo dos últimos meses, nos deixa bastante clara uma estratégia da Empresa. Trata-se de criar situações de provocação que nos obriguem respostas parciais e desgastantes. E também vemos como, às vezes, há delegados de seção que, de forma deliberada ou não, se prestam a esse jogo, criando mobilizações por sua conta, de maneira prematura e sem consulta. Dessa maneira, nas intenções patronais e talvez na de seus cúmplices no movimento operário, tenta-se que o conjunto de filiados chegue debilitado a uma luta total e essencial para o futuro como é o Acordo Coletivo de Trabalho [...] Por isso a Comissão Executiva exorta os companheiros filiados de base a controlar seus delegados, para que os conflitos transitem pelo seu canal de luta através das instâncias do sindicato, ao mesmo tempo em que pede que sejam as próprias bases as que vigiem os picos de produção arbitrários que a Empresa pretende impor<sup>20</sup>.

Este e outros documentos produzidos pelo sindicato denunciavam os grupos opositores esquerdistas: acusavam-nos de espontaneísmo, de instrumentalismo e de sua incapacidade para formular uma estratégia de ação que não fosse a de prosseguir a luta pela luta em si mesma. Ao não se subordinarem à estrutura sindical e a suas instâncias, o papel desses ativistas aparecia como objetivamente nocivo para os interesses dos trabalhadores, já que, ao forçarem medidas de luta por fora do organograma do sindicato, favoreciam a estratégia da empresa orientada a provocar um conflito frontal. Porém, em uma segunda leitura, esse documento deixa entrever que os mecanismos de delegação nos quais o estilo sindical tradicional se baseava já não representavam adequadamente muitos setores do proletariado industrial. Com a crise do setor automotivo, começaram a aparecer os sintomas que demonstravam que a realidade organizacional do sindicato não correspondia à composição da classe operária dentro da fábrica. Os militantes sindicais e os membros da comissão interna eram quase todos operários qualificados – naturalmente, com certa antiguidade e experiência de fábrica –, enquanto que, ao contrário, a grande maioria dos operários na cadeia de montagem, na pintura ou na carroceria era de trabalhadores entre 20 e 30 anos, situados, no máximo, na terceira categoria, com nível de remuneração mais baixo e sem nenhuma perspectiva real de fazer carreira dentro da empresa. Por outro lado, esses operários não qualificados conheciam pouco as regras da mediação do conflito que, durante esses anos de experiências, a direção do sindicato foi acumulando.

### **Práticas sindicais e radicalização operária: a nova representatividade sindical “classista”**

A mobilização social que se expandiu pelo país a partir do acontecimento de massas conhecido como “Cordobazo”, ao longo de 1969, abriu um processo de radicalização da classe operária, que se manifestou em seus métodos de luta e em seus conteúdos políticos. A ocupação de estabelecimentos com assembleias autoconvocadas, as paralisações ativas – com abandono dos locais de trabalho durante a jornada laboral e mobilizações de rua – e o enfrentamento com a ditadura foram demarcados dentro de um questionamento frequente da ordem social capitalista. No que concerne aos aspectos sindicais, esse processo se traduziu no não reconhecimento e na substituição das direções sindicais, registrando-se uma forte guinada nas formas de ação sindical. No novo cenário, surgido a partir de maio de 1969, a participação das bases começou a ressurgir, superando com frequência os dirigentes e a estrutura dos sindicatos. Diante da aceitação do sistema capitalista pela maioria dos sindicatos, e da limitação de seus objetivos para uma melhor distribuição de



renda, paralelamente ressurgiram e se difundiram formulações ideológicas e questionamentos políticos que partiram de uma perspectiva autônoma da classe trabalhadora e reivindicaram sua responsabilidade na construção de um modelo sindical alternativo, que abolisse o regime social vigente.

A experiência mais emblemática deste tipo de ação dos trabalhadores foi a protagonizada pelos sindicatos da empresa Fiat, o Sindicato de Trabajadores Concord (SITRAC) e o Sindicato de Trabajadores Materfer (SITRAM), entre 1970 e 1971. Sua ação estimulou uma onda de conflitos trabalhistas que foram desencadeados nos núcleos industriais do interior para em seguida se estenderem até Buenos Aires. A emergência do sindicalismo “classista” foi a expressão das dificuldades e deficiências do movimento sindical tradicional, em seus “erros” para compreender as novas dinâmicas reivindicativas e de enfrentamento, determinadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista e das novas condições de trabalho na fábrica. Em outras palavras, a radicalização das formas de luta do proletariado cordobês teve sua origem no seio da fábrica, à margem do papel jogado pelos partidos de esquerda. A ideologia “classista” não foi uma espécie de acidente da História; ao contrário, dentro de uma determinada realidade na fábrica, jogou um papel preciso ao estimular a mobilização com características inéditas de luta, agregando-lhe os fermentos necessários de oposição à linha sindical existente na base<sup>21</sup>.

O caso de SITRAC e SITRAM constitui uma prova do que afirmamos anteriormente. A frustração coletiva pela ineficácia dos sindicatos por empresa e pelos problemas laborais foi a gênese da rebelião das bases da Fiat em 1970. As eleições sindicais haviam se tornado rituais sem sentido, em que somente se apresentava uma lista e uns poucos trabalhadores votavam<sup>22</sup>. As práticas da direção se caracterizavam por sua negligência no que concerne às condições de trabalho de sua base e sua linha pró-patronal, somadas à designação verticalista a Buenos Aires do secretário-geral do SITRAC, Jorge Lozano. Gregorio Flores explicou do seguinte modo os anos de traições sindicais e intimidações da empresa na base fabril:

Lozano ascende à direção do sindicato apadrinhado pelos vandonistas, e a partir desse momento a CD de SITRAC adere às ‘62 Organizaciones’. Entra Echave (ex-sindicalista ferroviário) como chefe de pessoal e inaugura uma nova política paternalista: ele mesmo sugere as reivindicações que a CD deve propor, e, para discussão dos acordos, segue-se um novo procedimento: a empresa começa a oferecer uma porcentagem baixa de aumento, que é recusado por Lozano, e isso vai acontecendo nas sucessivas reuniões, até que chega o percentual que a empresa realmente queria oferecer, que é quando Lozano aceita. Em seguida se fará uma assembleia na fábrica, controlada pelos pis-

toleiros e pela Secretaria do Trabalho (e a intimidação dos operários, com a presença da guarda, geralmente gravando), onde Lozano reconhecerá que não se conseguiu muito, mas o que foi conquistado foi sem lutas nem mobilização, que só servem para perder diárias. [...] Põe-se em prática as demissões seletivas, localizando os delegados e ativistas honestos<sup>23</sup>.

A causa imediata da rebelião da base na Fiat foi a assinatura do contrato de trabalho preliminar do sindicato com a empresa, em dezembro de 1969. Quando os operários tomaram conhecimento de que esse acordo ignorou a reivindicação de aumentos salariais iguais e não propôs nenhuma reforma significativa com relação às práticas laborais e às condições de trabalho em Concord, difundiram seu descontentamento. Rapidamente, os operários de Utilaje y Afilado percorreram as diferentes linhas e fábricas denunciando a condução do SITRAC. Também começou a se estabelecer um estado de assembleias nas linhas de produção, cujo ponto nevrálgico foi a assembleia de 23 de março. Nela, Lozano foi destituído e se constituiu uma comissão provisória para que representasse os trabalhadores até novas eleições<sup>24</sup>.

O aparecimento de uma comissão representativa cuja legitimidade se originou de uma assembleia *sui generis*, pelo voto de todos os operários (independentemente de sua filiação ao sindicato), significou um fato inédito para o modelo sindical vigente, dado que nem a Lei de Associações Profissionais nem os estatutos sindicais previam a revogação dos representantes sindicais por vontade dos trabalhadores<sup>25</sup>.

A partir da assembleia de 23 de março, houve nas plantas da Fiat dois órgãos que disputaram a representação sindical dos operários: um deles era integrado pelos dirigentes do sindicato e foi encabeçado por Lozano, cuja legitimidade provinha dos estatutos sindicais e da Secretaria do Trabalho; o outro surgiu da própria assembleia e recebeu apoio majoritário dos operários. Produziu-se, assim, uma disputa que reverberou na imprensa até os primeiros dias de maio<sup>26</sup>. Esta dualidade gerou vários problemas à empresa. Os trabalhadores repudiavam totalmente Lozano e os demais dirigentes do sindicato, e cada vez que ele entrava na fábrica paralisavam todas as linhas. Por esse motivo, a Fiat já não contou mais com o interlocutor necessário para chegar a um acordo. Enquanto isso, a Secretaria do Trabalho continuava negando-se a reconhecer a comissão provisória. Em 14 de maio, depois de uma nova frustração na Secretaria do Trabalho, os jovens operários do SITRAC decidiram, em assembleia, ocupar a fábrica<sup>27</sup>.

Carlos Masera, um dos protagonistas, lembrou o evento da seguinte maneira:

Revisando a ocupação de 14 de maio, Maser lembra que estava junto aos portões, que estavam abertos, e que ele os juntou. Nava, que era chefe da guarda, lhe perguntou se o fechamento dos portões não podia ser considerado como uma “ocupação” e Maser respondeu ‘capaz que sim’. A ideia da ocupação correu como fogo. A fábrica parecia um formigueiro. Fizeram reféns, encostaram tanques de combustíveis nas portas. (...) na manhã de sábado Ferrero (executivo da Fiat) pede para falar com os dirigentes e lhes diz que, para ele, estava evidente ali quem são os verdadeiramente representativos, propondo que o deixem sair para conversar com os funcionários da Secretaria do Trabalho e os representantes da empresa do lado de fora; promete voltar. Assim é feito, e Ferreiro negocia, comprando as renúncias de Lozano e da CD, que são apresentadas por escrito à Secretaria do Trabalho; a empresa se compromete a não tomar represálias e a Secretaria do Trabalho e nomear na segunda-feira um interventor com mandato para convocar eleições em 90 dias.<sup>28</sup>

Enquanto isso, Elpidio Torres havia regressado à cidade em finais de 1969, quando Onganía comutara sua condenação, depois do Cordobazo, com a esperança de acalmar a situação na convulsionada cidade de Córdoba. O movimento operário se erigia como o principal opositor a seu governo, e este confiava que o dirigente do SMATA poderia exercer seu já conhecido papel de controlador da classe operária. Ao regressar, o caudilho metalúrgico comprovou que em sua ausência o setor *antitorrista* havia se consolidado consideravelmente, tendo um protagonismo particularmente enérgico na ocupação da fábrica de Perdriel. A intromissão do agrupamento “1º de Mayo” (relacionado ao Partido Comunista Revolucionário), da Vanguardia Comunista e da chapa Azul, bem como, e seu papel na radicalização dos trabalhadores na fábrica de matrizes e ferramentas, eram uma demonstração do enfraquecimento que o *torrismo* havia experimentado durante a ausência de seu líder na prisão. Como afirmamos anteriormente, o papel político do sindicato e de seus dirigentes – e, por conseguinte, de Elpidio Torres – se legitimava somente a partir do momento em que podia demonstrar efetivamente sua representação e, sobretudo, seu controle sobre a classe operária. Dessa maneira, coincidentemente com o surgimento do classismo, a emergência de outros setores radicalizados demonstrava a situação de desgaste vivida pela máquina sindical do SMATA, outrora formidável.

Foi assim que, durante julho de 1970, a velha direção do sindicato dos trabalhadores da empresa Fiat Concord, o SITRAC, foi substituída por uma nova direção que aderiu ao classismo. Algo semelhante ocorreu em Materfer, também vinculada às “62 Organizaciones”, em que os classistas tomaram a condução do SITRAM. A chapa “1º de Mayo” foi formada por trabalhadores

vinculados ao Partido Comunista Revolucionário, às “Comissões Operárias” (ligadas à Vanguarda Comunista), ao peronismo de Base e aos trabalhadores independentes. Como podemos observar, a nova condução continha dirigentes com uma filiação marxista que teve uma verdadeira influência nacional, algo inédito desde 1945. Também essa direção atraiu militantes e estudantes de diversas correntes, que consideravam uma nova vanguarda, algo que era reivindicado por esses mesmos dirigentes. Nesse sentido, Alfredo Curuchet afirma:

SITRAC-SITRAM são vanguarda do movimento operário cordobês, não simplesmente por radicalização ideológica [...] e sim por interpretar, com critério realmente democrático, do ponto de vista proletário, as necessidades e interesses atuais das massas operárias não apenas na Fiat, mas em toda Córdoba, que em suas autênticas manifestações de base, já deixou de ser representada pelas correntes sindicais tradicionais.<sup>29</sup>

A decisão da ocupação de maio e as eleições de junho abriram um processo organizacional que emanou de uma forma de democracia elementar, ativa e participativa, e expressou certa rejeição à representação formal. Isto se deveu ao fato de que esse movimento se impôs e obteve a adesão dos operários nas expressões imediatas da luta operária: a assembleia, a greve, a ocupação da fábrica e a difusão dos panfletos que explicavam os conflitos e a situação sindical. As lutas que se seguiram ao processo aberto pelo Cordobazo mostraram a fenda que fora aberta entre a participação crescente da classe trabalhadora e a debilidade dos instrumentos organizacionais do modelo sindical vigente. Essa fragilidade se transferiu à estrutura hierárquica e à exploração reinante na vida fabril, como também ao sistema de remuneração por prêmios de produção, praticado pela empresa. Os casos mais dramáticos foram o departamento de Forja e a seção Revisão de Carrocerias na Materfer. A nova direção estava consciente das condições de trabalho dos operários; por isso, instalou uma campanha contra o sistema de produção e contra as consequências dessas atividades na saúde dos operários.<sup>30</sup>

O sindicato começou a se preocupar com as reclamações na base fabril que haviam sido ignoradas pela empresa durante os anos de filiação à União Obrera Metalúrgica (UOM) e, depois, aos sindicatos de fábrica controlados pela empresa. Para remediar essa situação, a condução do SITRAC constituiu uma comissão especial para redigir um acordo próprio e apresentá-lo à empresa. A redação do anteprojeto do Acordo Coletivo representou um desafio no controle absoluto da Fiat sobre a vida na fábrica e todas as questões relacionadas à produção. Nesse sentido, o anteprojeto retirou prerrogativas de controle da empresa sobre as vagas de mão de obra, categorizações e designação de tarefas, pois

todas essas decisões deviam contar com a prévia anuência sindical. O ponto mais forte foi a proposta de integrar o prêmio por produção ao salário básico e solicitar o aumento de 60% nas escalas de remunerações em todas as categorias de operários<sup>30</sup>. Isto significou um golpe no núcleo do sistema de exploração da empresa, estabelecendo-se um claro confronto entre ela e o sindicato. A empresa não se dispôs a conceder, sob nenhuma condição, o prêmio pela produção, obstinando-se em rejeitar qualquer reforma imediata em sua base fabril. A sua proposta, com referência ao projeto de Acordo Coletivo, foi taxativa:

Art. 82. – [...] d) PRÊMIO POR PRODUÇÃO: Durante o prazo de vigência do presente acordo, será estudada a mecânica de eliminação do prêmio por produção e a inclusão do mesmo no salário dentro dos subsequentes seis meses, **cuidando especialmente que esta eliminação não represente um prejuízo para a produtividade ou uma diminuição do rendimento habitual e normal no trabalho.** [...] g) A presente proposta da EMPRESA é **integral e definitiva**, não alterando a modificação de qualquer outro item de conteúdo econômico.<sup>32</sup>

O conflito entre SITRAC e SITRAM com a empresa sobre as negociações coletivas, no complexo *Ferreira*, significou a instalação de uma representação efetiva do sindicato no local de trabalho. As campanhas grevistas para pressionar a assinatura do contrato e o questionamento generalizado de suas políticas laborais colocaram a Fiat em uma posição de vacilação e ineficácia de suas tentativas para neutralizar o movimento iniciado em março de 1970. Durante os meses de maio e junho de 1971, os comunicados da empresa invadiram os locais de trabalho, justificando suas políticas laborais e manifestando sua vontade de voltar às pacíficas relações de outrora.<sup>33</sup>

Os problemas laborais eram discutidos abertamente nos departamentos, e as decisões eram tomadas por deliberação, mediante assembleias abertas realizadas na fábrica. Sua organização era facilitada pelo caráter de sindicato fabril do SITRAC e do SITRAM. Portanto, essas assembleias eram realizadas de forma rotineira para decidir virtualmente todas as questões da base fabril: problemas com a aceleração dos ritmos de produção, condições de salubridade, negociações coletivas, e até reclamações pela baixa qualidade da comida servida no refeitório da fábrica.<sup>34</sup> Essa proximidade com as bases dotou a ação sindical do *classismo* de certas particularidades que o diferenciaram dos dirigentes sindicais de outras empresas:

PyP: Qual a diferença entre vocês e outros tipos de sindicatos?

DELEGADO: Bom, em primeiro lugar, seria descartar por completo a não negociação.

D: Não como nos têm acostumado outros dirigentes sindicais, que nunca consultam as suas bases e fazem o contrário, ou seja, fazem o que mais convém a eles, e manobram para que eles mesmos possam tirar proveito, e não os seus companheiros de luta. Coisa que aqui no SITRAC não ocorre, porque aqui as opiniões dos companheiros são recolhidas através dos delegados, e essas inquietudes são transmitidas à comissão e, conjuntamente, se elaboram os planos que vão ser levados adiante.

PyP: Os delegados são eleitos da mesma forma que no SITRAM?

D: São eleitos pelos próprios companheiros de linha e de trabalho.

PyP: Há quantos delegados no SITRAC?

D: Não posso precisar o número exato, segundo as regras burocráticas são aproximadamente 95 para 3.000; mais ou menos um delegado para 25 companheiros.

PyP: Quantas assembleias foram feitas até agora?

D: 50 ou 60 assembleias, com certeza. No nosso caso, são feitas continuamente para informar aos companheiros e também para discutir.

PyP: São feitas na fábrica?

D: Geralmente são realizadas na fábrica, mas também podem ser feitas no lugar onde seja necessário. Se for urgente, se faz onde for e como for possível.

[...]

D (PCR): O sindicato não é, nesse momento, salvo SITRAC e SITRAM, um organismo puramente dos trabalhadores, com independência política, reivindicativa e com independência de funcionamento. Através das leis iniciadas no peronismo e que se aprofundaram com a Lei de Associações Profissionais com Frondizi, o sindicato passou a ser um organismo controlado pelo Estado e deixou de ser um organismo propriamente dos trabalhadores como arma de luta. SITRAC e SITRAM rompem com essa prática tradicional; evidentemente que existem laços que o atam a essa sociedade e, portanto, deve aceitar disposições da Secretaria do Trabalho, mas no fundamental cria um novo tipo de sindicato, totalmente independente, em que são discutidas as reivindicações sob a perspectiva política da classe operária. Esse é o sindicato que nós queremos criar e desenvolver. Obviamente ainda precisa avançar mais, porque ainda está inserido nesta sociedade<sup>35</sup>.

Em grande medida, o modo de ação dos classistas da Fiat introduziu o uso de novas formas de organização e luta que deram uma resposta à demanda de participação. Desse modo, constituíram-se como a caixa de ressonância das reivindicações “anti-hierárquicas”, da “autodeterminação das modalidades de trabalho”, e mudaram, de fato, as relações de poder dentro da fábrica.

Os operários encontraram uma variedade de “representação” nos sindicatos classistas da Fiat, sobretudo os que constituíram a maioria da com-

posição de classe do proletariado industrial: os da primeira geração, jovens, sem qualificação, que migraram do campo para a cidade e trabalharam em linhas de montagem, suportando as condições de trabalho mais penosas. Esta última particularidade dotou ao sindicalismo classista o caráter de uma verdadeira rebelião geracional; um traço que podia ser constatado no comitê executivo e nos delegados eleitos do SITRAC e SITRAM, dado que a maioria de seus membros tinha entre 20 e 30 anos.

Levando em conta estes elementos, muitas interpretações buscaram explicar a rebelião da Fiat, em seu início, como um movimento mais antiburocrático do que classista.<sup>36</sup> Em nosso entender, nunca – ao menos desde 1955 – o movimento operário oficial teve de enfrentar um desafio dessa magnitude. Ou seja, um desafio que não apenas se originou de militantes partidários de esquerda, que interpelaram os mecanismos de delegação sobre os quais se fundava o estilo de ação sindical tradicional, senão que, de fato, nasceu em grandes grupos de trabalhadores que não se sentiram representados adequadamente pelos sindicatos, que tomaram atitudes de ruptura, praticaram formas de lutas não rituais e se organizaram de maneira autônoma. Mediante a associação entre as oficinas e as assembleias, estes jovens encontraram o espaço e o sentido destas novas formas organizacionais como expressões diretas de sua classe. Nesse sentido, as observações que, em seu momento, fez Mario Tronti nos parecem pertinentes:

[...] o que acontece quando a forma de organização operária assume um conteúdo totalmente alternativo, quando renuncia a funcionar como articulação da sociedade capitalista, quando se nega a prover, através das reivindicações operárias, as necessidades do capital?<sup>37</sup>

Habitualmente, os sindicatos lamentavam os “excessos” e se esforçavam para manter o movimento operário dentro das margens da legalidade, através de seus estatutos e da própria Lei de Associações Profissionais. Conforme já afirmamos, o modelo sindical impunha uma cultura do conflito baseada essencialmente na mediação, que não só fazia referência à situação na fábrica, mas também, de maneira mais geral, ao marco político e institucional. Ao contrário, o classismo manifestava uma oposição clara e intransigente dos interesses operários e tinha uma visão que media o conflito em seu conjunto, a partir dos níveis de combatividade manifestados em Concord e Materfer. Estes tiveram o objetivo de romper todo tipo de mediação e tornar impossível a gestão exclusivamente sindical das lutas, ao generalizarem os conteúdos reivindicativos mais radicalizados. A partir da extensão dos níveis mais altos, expressos pela luta na fábrica, seria possível encontrar a unidade de classe e

abrir uma fase ulterior de conflito social generalizado que transcendesse o movimento simplesmente reivindicativo.

## A título de conclusão

Como observamos ao longo deste artigo, não se pode estudar um sindicato isolando-o das relações sociais que estruturam a sociedade em um momento determinado. Sem recorrer permanentemente à historicidade do objeto, poderíamos perder de vista as mudanças de suas formas. Tampouco temos tentado rejeitar a concepção de que o sindicalismo possa ser apreendido através de sua dimensão organizacional, institucional e/ou regulamentar; o objeto sindical é tudo isso. Efetivamente, é um fator de integração social dos assalariados, um instrumento de negociação e um “produtor” de compromisso social. No entanto, através da análise de caso aqui tentada, cremos haver demonstrado que, ao insistir sobre sua função reguladora (ou de manutenção da ordem produtiva), não podemos ignorar que o sindicato possui uma dupla natureza: i) ao mesmo tempo é força de integração; ii) mas também é movimento social, ou, melhor dizendo, expressão do movimento social.

Por conseguinte, através desse estudo concreto, tentamos esclarecer os marcos referenciais estáticos e praticar um mínimo de método dialético para ressaltar essa segunda dimensão do sindicalismo. É em sua relação com o movimento social, com a organização da mobilização de classe, com a atividade prática sobre o terreno do espaço de trabalho e, principalmente, na superação das lutas meramente econômicas que o sindicato justifica sua existência. Como afirmou Hyman<sup>38</sup>, o sindicalismo, apenas por sua presença, expressa a oposição entre o capital e o trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Ora, não tratamos aqui de elevar o objeto sindical à categoria de agente social politicamente revolucionário, nem de sujeito de mudanças *per se*. Somos conscientes de que as instituições sindicais têm um caráter defensivo, e nunca poderão substituir o partido político. Simplesmente, refletimos sobre as complexidades do sistema de mediações sociais. Em outros termos, afirmamos que o sindicalismo não alcançará uma compreensão completa se não estiver articulado com a existência e a atividade do grupo social que ele representa, desde o nível mais imediato – ou seja, do ponto de vista econômico – até um âmbito mais amplo expressado pela luta contra a exploração, a dominação e a alienação.

*(Tradução de Maria Almeida Stedile)*



## RESUMO

---

No presente artigo, analisamos a evolução do modelo sindical argentino na Córdoba industrial dos anos 1960. A particularidade desse modelo é de haver se amparado no aparelho estatal, estruturando uma forte maquinaria sindical, mediante a concessão de atribuições jurídicas e econômicas que permitiram àquelas agremiações se erigirem como mediadoras exclusivas dos conflitos entre capital e trabalho. No entanto, devido às mudanças ocorridas na composição do proletariado, esse modelo entrou em crise, e o sindicalismo mudou de natureza. A irrupção do classismo introduziu novas formas de organização e luta que deram uma resposta à demanda de participação de enormes grupos de trabalhadores antes marginalizados pelo velho sindicato.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Sindicatos; movimento operário; classismo.

*Proletarian radicalization and trade union model, Cordoba 1971-1972).*

## ABSTRACT

---

In this paper, we analyze the evolution of the Argentine trade union model in industrial Córdoba during the 1960s.. This model has the distinction of had been supported by the state structure, making a strong trade union machinery, by granting legal and economic attributes that allowed the unions stand as exclusive mediators of conflicts between capital and labor. However, when this model was in crisis due to changes in the composition of the proletariat, the unions changed in nature. The actions of classism introduced new forms of organization and struggle that gave a response to the demand for participation of entire groups of workers marginalized by the old union.

## KEYWORDS

---

Trade unions; labor movement; classism.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor assistente da cátedra de Historia Contemporánea, Escuela de Historia, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Contato do autor: mignonar@gmail.com.

<sup>2</sup> JAMES, Daniel. *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

<sup>3</sup> DUNLOP, John T. *Industrial Relations System*. New York: Holt & Co, 1958.

<sup>4</sup> TOURAINE, Alain. “Leas relations industrielles”. *Encyclopedia Universalis*, Paris, vol. 9, 1984, pp. 1096-1100.

<sup>5</sup> As conclusões obtidas por Elton Mayo, em seu trabalho de pesquisa realizado na Western Electric, além de serem pioneiras, se revelaram como fundadoras da sociologia empírica do trabalho. Segundo Mayo e seus colegas, a criação do National Labor Relations Board nos Estados Unidos, durante 1935, que autorizou os trabalhadores a se organizarem livremente e a declarar greves, obrigou aos empregadores a negociarem com a organização sindical que conseguiu se instaurar-se nas empresas. Desta forma, os autores afirmaram que, a partir desse momento, a direção de uma indústria passou a ser um assunto comum, onde em que a gerência da empresa e o sindicato estavam envolvidos. Além disso, uma vez reconhecidas pelo empregador como um interlocutor válido, as organizações sindicais tiveram que modificar suas estratégias. Mais claramente, as técnicas de administração da negociação foram priorizadas sobre as formas de combate. O sindicato, então, deveria se transformar em um instrumento responsável de administração industrial. Ver, GILLESPIE, Richard. *Manufacturing Knowledge. A History of the Hawthorne Experiments*. Cambridge: Cambridge UP, 1991.

<sup>6</sup> A lei 14.250 determinava que “[...] o acordo coletivo homologado será obrigatório para todos os trabalhadores, filiados ou não, que exerçam as atividades compreendidas neste dentro da zona de aplicação [...]; poderá conter cláusulas que acordem benefícios especiais na função da filiação ou da associação profissional de trabalhadores que a firmou [...]; e as contribuições a favor da associação de trabalhadores participantes serão válidas, não apenas para os filiados, mas também para os não filiados compreendidos no âmbito do acordo coletivo.”

<sup>7</sup> CARRERA, N. I.; GRAU, M. I.; y MARTÍ, A. *Agustín Tosco*. La clase revolucionaria. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2006, p. 25.

<sup>8</sup> Esse tipo de modelo sindical permitiu a emergência de dirigentes sindicais com tendências ao pragmatismo e à negociação. Dentre eles, surgiu uma figura predominante: o dirigente metalúrgico Augusto T. Vandor. O Vandorismo, como estratégia política e sindical, caminhou junto com as profundas transformações ocorridas no capitalismo e na classe trabalhadora argentina, a partir de 1958. A implementação do modelo “desenvolvimentista”, a abertura ao grande capital em nosso país e a constituição de uma indústria “moderna” em mãos estrangeiras promoveram, fundamentalmente, a fragmentação salarial, a ruptura da relação entre dirigentes sindicais (tanto na cúpula como na base) e o conjunto da classe operária, a falência das patronais e da direção sindical e a dureza repressiva da classe dominante.

<sup>9</sup> A denominada “Revolução Libertadora”, foi o golpe cívico e militar que derrubou do poder Juan Domingo Perón em 16 de setembro de 1955. Vitoriosa a “revolução”, abriu-se uma etapa na qual se rediscutiu o sistema político (proibição do peronismo), assim como as relações entre o Estado e os sindicatos (intervenção da CGT e de sindicatos cujos dirigentes houvessem participado no governo deposto). Também, tentou-se restringir as atribuições dos sindicatos nos locais de trabalho, com o objetivo de “liberar os obstáculos à produção”. Por sua parte, militantes do peronismo começaram uma forma de oposição clandestina e informal, posteriormente denominada a “Resistência

Peronista”, que consistia na utilização da sabotagem e de outras medidas de ação direta nos locais de trabalho. Ver JAMES, Daniel, *Op. cit.*, pp. 69-103.

<sup>10</sup> Segundo James Brennan, “A tardia chegada das indústrias mecânicas permitiu a Aramburu outorgar a jurisdição dos trabalhadores da IKA ao Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor, naquela época um sindicato pequeno e de pouca importância que representava essencialmente os mecânicos das estações de serviço. A decisão foi um golpe para a classe trabalhadora peronista e em especial para a União Operária Metalúrgica, que era a condutora da Resistência e estava surgindo como o sindicato dominante e árbitro final no movimento operário peronista.”. BRENNAN, J. *El Cordobazo*. Las guerras obreras em Córdoba, (1955-1976). Buenos Aires: Sudamericana, 1996, pp.p. 84-85.

<sup>11</sup> GORDILLO, M. *Córdoba enm los 60: La experiencia del sindicalismo combativo*. Córdoba: Dirección General de Publicaciones, Universidad Nacional de Córdoba, 1996, pp. 61-62.

<sup>12</sup> BRENNAN, J.; e GORDILLO, M. *Córdoba Rebelde*. El Ccordobazo, el clasismo y la movilización social. La Plata: Ediciones de La Campana, 2008, pp. 38-39.

<sup>13</sup> *La Voz del Interior*, 12 de março de 1960, p. 9.

<sup>14</sup> TORRES, Elpidio., *El Ccordobazo organizado*. La historia sin mitos. Córdoba: Catálogos, 1999, p. 59.

<sup>15</sup> Informe da célula Káiser, Partido Obrero Trotskista. Mimeografado, S/F, (Grifos do original).

<sup>16</sup> “Em uma de suas cláusulas, o acordo firmado entr a IKA e SMATA estabelecia “[...] IKA estabelecerá, administrará e retificará programas e métodos de trabalho, determinará os produtos a serem fabricados, processos, facilidades e locais de fabricação, seleção, direção, reajustes, transferências necessárias nos departamentos, divisões e categorias, de acordo com as necessidades reais. Dentro do possível e salvo em circunstâncias acidentais, IKA proverá o número de pessoal estável necessário para cumprir os programas de produção estabelecidos.” Citado por GORDILLO, M., *Córdoba em los 60...*, *Op. cit.*, p. 152.

<sup>17</sup> *La Voz del Interior*, 3 de dezembro de 1962, p. 10.

<sup>18</sup> Para uma análise mais detalhada do conflito, ver: TCACH, C. “Policía y sacristia en una ciudad de enclave (Córdoba 1962-1963)”. *Estudios*. Revista del Centro de Estudios Avanzados. Córdoba.; Universidad Nacional de Córdoba, Ferreyra Editores, n.º 11-12, janeiro-fevereiro de 1999, pp.p. 59-82.

<sup>19</sup> *La Voz del Interior*, 12 de abril de 1963, p. 12.

<sup>20</sup> Comissão Executiva SMATA-Córdoba, “A los compañeros del Gremio”, panfleto, 26 de junho de 1966.

<sup>21</sup> Segundo Gregorio Flores, um dos principais dirigentes do SITRAC, o classismo pode ser definido a partir da consideração de que a sociedade está dividida em duas

classesos grupos fundamentais: “Os primeiros são os patrões, os exploradores, donos dos meios de produção, máquinas, fábricas, terras produtivas, bancos etc., cuja única motivação na sociedade é seu afã de lucro. Isto é – para que não fiquem dúvidas –, obter fabulosos lucros através do que os operários produzem. Estes, por outro lado, são os que têm unicamente sua força de trabalho para vender por um salário, para poderem subsistir. Sendo os operários os que produzem a imensa maioria das riquezas da sociedade, são também os agentes históricos que dentro de um processo estão convocados a combater para destruir o sistema capitalista, intrinsecamente injusto já que permite que uma minoria de exploradores se aproprie daquilo que uma maioria produz.” FLORES, G. *Memorias*, versão inédita datilografada, Buenos Aires, 17 de janeiro de 1990, p. 1.

<sup>22</sup> Segundo Carlos Masera, o SITRAC contava, naquele momento, com apenas 37 filiados.

<sup>23</sup> Entrevistas de dirigentes e ativistas de sindicatos classistas, entrevista a Gregorio Flores, 15 de julho de 1984, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 12, ficha 1.

<sup>24</sup> “Masera foi chamado de Utilaje [sic], penduraram um boneco com o nome do delegado; haviam parado Utilaje y Afilado, e os trabalhadores exigiam a saída do delegado e dos dirigentes, ao que Masera propõe voltar às condições normais de trabalho e continuar o procedimento legal. A planta C também havia parado em razão da presença de Lozano, que pretendia lhes falar, e foi expulso. Faz-se uma assembleia ali, e Avendaño quer tirar Lozano do meio do fogo, defendendo a assinatura do acordo. Nesse momento são apressados por Bizzi, generalizando-se a discussão [...] a Assembleia prossegue com uma longa e confusa discussão. Decidem manter-se em Assembleia permanente. Havia juntado os três turnos na reunião. Apresentam-se moções para destituir Lozano, mas não havia proposta clara de como fazê-lo. De forma confusa, sai uma chapa para formar uma comissão provisória. Por fim se forma a chapa: Clavero, S. Torres, Masera, Amuchástegui, Saravia, L. Argañaraz, Martín Fox (membro do sindicato, ele é escolhido para que Lozano seja destituído). Decide-se pedir o reconhecimento por parte da empresa e em seguida à Secretaria do Trabalho. Na petição à empresa, inclui-se ao rejeição ao Acordo.” Entrevistas de dirigentes e ativistas de sindicatos classistas, entrevista a Carlos Masera e Santos Torres, 15 de julho de 1984, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 12, ficha 1.

<sup>25</sup> Em 23 de janeiro de 1971, na assembleia convocada pela eleita Comissão Diretora do SITRAC, procedeu-se à reforma dos estatutos do sindicato, facultando às bases revogar seus representantes. Na ata consta: “No terceiro ponto, faz uso da palavra o Assessor Letrado, dr. CURUTCHET, que apresenta as modificações que lhe haviam sido encomendadas referentes aos Estatutos do SITRAC, e que consistem, em seus pontos mais importantes, em facultar às bases a proceder a substituição de qualquer membro da C. D., ante a resolução de uma Assembleia Ordinária ou Extraordinária, com o que se contrapõe à burocratização do sindicato, na forma mais eficaz possível. – Também ficam eliminadas outras restrições à livre expressão e vontade dos

filiados. – [...] tudo o que, depois de debatido e modificado em alguns detalhes, foi aprovado pela maioria, pelo que se está tramitando sua inscrição ante a autoridade competente. Com este ponto, se deu por encerrado o magnífico ato”. Ata da Assembleia do SITRAC de 23 de janeiro de 1971, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 1, documento AI-5.

<sup>26</sup> Em uma coletiva de imprensa de 13 de maio, um dia antes de que começasse a ocupação da fábrica, Lozano declarou: “O que está acontecendo em nosso local de trabalho é que uma minoria, golpista [sic], sem objetivos fixos e positivos, mas influenciada por um designio de interesse político que nem sequer eles mesmos compreendem, se lançou no tráfico das inconformidades para montar finalidades dissociativas dentro dos trabalhadores.”. *La Voz del Interior*, 14 de maio de 1970, p. 14. Ao mesmo tempo, a comissão provisória divulgou um comunicado no qual atacava a “velha direção”: [...] frente aos rumores de que a patronal se propõe a demitir os companheiros mais combativos, que se expuseram por nós todos nas últimas assembleias, temos que estar preparados para parar automaticamente o trabalho ante a notícia do primeiro companheiro punido. Nosso lema deve ser: NÃO PERMITIR UMA SÓ DEMISSÃO. Tampouco temos que nos deixar impressionar pelos panfletos distribuídos pela velha direção, disfarçada de “velhos operários da Fiat”. Eles dividem o trabalho com o departamento de pessoal, e entre os dois pretendem nos convencer que devemos abandonar a luta. [...] Companheiros: Atualmente temos as melhores condições para começar a formar nossa própria direção, à margem e contra Lozano, a patronal e o governo. Para isso, temos que nos unir e nos organizar já, desde a base, em cada seção e planta, longe da vista da patronal, dos alcaguetes e dos traidores. Temos que varrer o quanto antes os delegados que não nos representam ou que tenham nos vendido. [...] De hoje em diante, IMPEÇAMOS A ENTRADA NA FÁBRICA DOS TRAIADORES DA VELHA COMISSÃO, e se esses miseráveis se atreverem a entrar paremos de imediato o trabalho.”. Panfleto datilografado, “Aos companheiros da Fiat Concord”, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 1, ficha 1.

<sup>27</sup> Há que destacar que, neste episódio, apareceu uma figura muito importante na história do SITRAC e do SITRAM: Alfredo “Cuqui” Curutchet. Este foi um brilhante advogado trabalhista que assessorou legalmente ambos os sindicatos. Em 10 de setembro de 1974, foi assassinado pelo criminoso comando paramilitar Triple A.

<sup>28</sup> Entrevistas a dirigentes e ativistas de sindicatos classistas, entrevist a Carlos Masera e Santos Torres, 15 de julho de 1984, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 12, ficha 1.

<sup>29</sup> Revista *Nuevo Hombre*, “Entrevista a Alfredo Curutchet, (detido na prisão de Villa Devoto)”, Buenos Aires, a: Ano 1, nºn. 17, novembro de 1971.

<sup>30</sup> “Na verdade, nossos companheiros da planta de forja da Fiat Concord estão já há algum tempo, lutando contra as condições de insalubridade em que realizam seus trabalhos. Fiat, que será derrotada nessa artimanha, porque sabe da unidade e consciência de nossos trabalhadores, passou para **Ika todo o trabalho dos martelos pesados** de que necessita para suas próprias unidades. Desta forma, obriga

a seus trabalhadores a suportar uma dupla afronta: o horário de 8.46 e o trabalho extra. E faz isto porque ainda os companheiros de Santa Isabel têm sobre suas costas uma direção que sugestivamente se equivoca [...] com a consciência e a firmeza dos trabalhadores, nesta luta de Forja podemos vencer, coordenando a luta nas duas fábricas. As empresas nos mostram que o problema é um só para os trabalhadores. Nós lhe demonstraremos que, unidos pelas bases, não há quem nos vença.” Boletim do Sindicato de Trabalhadores de Concord, Nº 1, 13 de janeiro de 1971. Arquivo do SITRAC-SITRAM, Sub-arquivo 1, ficha 1. (O grifo é do original).

<sup>31</sup> Anteprojeto de Acordo Coletivo de Trabalho, sindicato de Trabalhadores Concord, Córdoba, 27 de janeiro de 1971, Arquivo SITRAC, Sub-arquivo 4, Documento BIII-1.

<sup>32</sup> Projeto de Acordo Coletivo, Posição da Empresa, Córdoba, 25 de junho de 1971, Arquivo SITRAC, Documento BI-4, p. 23. (o grifo é meu). Por sua parte, o sindicato contestou na paritária a proposta da empresa: “Art. 82: Rejeita-se categoricamente a postura da Empresa em tudo que se refere a salários e diárias [...] Prêmio por produção: pede-se sua revogação e incorporação ao salário básico no termo máximo de seis meses, a partir de 1/1/71, data de vigência do Acordo [...] Tal exigência se fundamenta na reiteração, durante os últimos anos, da solicitação de revogação deste sistema injusto de remuneração, tendo a empresa prometido fazê-lo no curso do presente Acordo em reuniões realizadas diante do presidente desta paritária [...] Todos os trabalhadores de Fiat Concord, Mecânica de Autos e Forja foram informados destas tratativas e promessas patronais e se vem agora burlados por uma nova dilação da Empresa, que é totalmente inaceitável e não está justificada por nenhuma razão técnica como pretende alegar a patronal. A incorporação deste prêmio ao salário básico é uma simples mudança da forma de remuneração e não requer, em absoluto, modificações na organização da produção da empresa [...] Rejeita-se totalmente a confusa e labiríntica proposta patronal sobre determinação dos valores em que se deve converter o prêmio por produção ao salário básico, procedimento de impossível controle pelos empregados.” Audiência de Paritária, 25 de junho de 1971, Ministério do Trabalho da Nação, Delegacia Regional Córdoba, folhas 243.

<sup>33</sup> “[...] A série de medidas de força ilegais realizadas pelo SITRAC que continuaram durante a semana anterior e na presente têm perturbado e tardado as tratativas na paritária, além de haver originado graves perdas para a produção e provocado irreparáveis perdas de diárias e de salário familiar [...] Por outro lado, em um comunicado sindical datado de 18 do corrente, se faz alusão a um plano de luta, o qual – além de ser ilegal – constitui uma nova e injuriosa medida de pressão, ainda mais inaceitável durante o trâmite de discussão do Acordo Coletivo de Trabalho. Pelo exposto, a Empresa convida o seu pessoal a refletir sobre o tema e julgar por seu já provado espírito de compreensão e elevado sentido comum, na segurança de que a Empresa não há poupado nenhum esforço nem deixará de fazer tudo o que estiver a seu alcance a fim de conseguir a melhor solução possível para seus empregados.” Comunicado Nº 21, Fiat Concord, S. A. I. C., Fábrica Mecânica Córdoba, 19 de maio de 1971.

<sup>34</sup> Um delegado relatava o significado destas medidas de ação sindical na vida cotidiana na fábrica: “PyP: As assembleias são realizadas porque são convocadas por vocês? F: Às vezes são pedidas. Em uma seção, pode ocorrer que haja um tema de discussão, motivado por pouco esclarecimento dessa seção. Essa seção se apresenta ao sindicato e convoca-se uma assembleia a pedido dessa seção. O regulamento interno do sindicato diz que, para pedir uma assembleia, é necessário o aval de cinco companheiros, mas às vezes não ocorre assim, dá no mesmo que seja pedida por três. [...] Mas, à medida que se repetiam as assembleias cujos temas não eram de tanta importância como no começo, onde se tinha que constituir uma CD, eleger delegados, tratar um problema de aumento salarial. À medida que os temas a serem tratados eram de menor importância, nós igualmente convocávamos assembleias, inclusive foi necessário fazer piquetes nos vestiários, para que na hora da saída não fossem para suas casas, mas que participassem das assembleias. Porém, através de panfletos, conscientizando sobre o que significava o fortalecimento do sindicato para os operários, e chegou o momento em que já não era necessário nem os piquetes, nem sequer colocar comunicados para convocar a assembleia. Isto indica o aumento do grau de consciência.”. Entrevistas de *Pasado y Presente* a dirigentes e ativistas de sindicatos classistas, 26 de outubro de 1971, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 12, ficha 4.

<sup>35</sup> Entrevistas de *Pasado y Presente* a dirigentes e ativistas de sindicatos classistas, 26 de outubro de 1971, Arquivo do SITRAC, Sub-arquivo 12, ficha 3.

<sup>36</sup> Por exemplo, James Brennan afirmou: “Estas rebeliões de base apresentaram inicialmente seus movimentos como mais ‘antiburocráticos’ que classistas. No entanto, como SITRAC-SITRAM apareciam com as bandeiras tanto da democracia sindical como do classismo, gradualmente as duas causas se converteram em sinônimo na cidade, e os movimentos dos trabalhadores adotaram de maneira crescente identidades classistas”. BRENNAN, J., *El Cordobazo...*, *Op. cit.*, p. 233.

<sup>37</sup> TRONTI, M. *Obreros y capital*, Ediciones AKAL, Madrid: Ediciones AKAL, 2001, p. 259.

<sup>38</sup> HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism*. Between market, Class & Society. London: Sage, 2001, p.p. 23.